

A Modo de Resposta

Antônio Jorge Soares

Quero começar agradecendo a crítica realizada por Helal e Gordon Jr. a meu trabalho. Em contextos culturais caracterizados pela insuficiência da crítica escrita, recebo a de ambos os colegas como uma contribuição inestimável para o meu trabalho e, indiretamente, para a dinâmica intelectual.

Pretendo responder de forma bem sintética às questões levantadas na crítica seguindo o próprio roteiro de Helal e Gordon Jr. na “conclusão”. Acredito que, dessa forma, estarei respeitando a ordem de importância dos aspectos críticos por eles formulados e facilitando que a discussão se centre nos aspectos realmente relevantes, sem levar à discussão das expansões do discurso.¹ Considero, então, que as críticas que não foram apresentadas nas conclusões ou são de menor importância ou não fazem parte dos núcleos de nossos desentendimentos. Não posso deixar de mencionar que há na crítica de Helal e Gordon Jr. um certo caráter defensivo que, embora não comprometa os argumentos, tenho a sensação de que reproduz a circularidade do que defende.

Nota: Devo reconhecer que minhas posições críticas em relação à história do futebol no Brasil é produto das conversas e observações travadas com meu orientador, Dr. Hugo Lovisolo. Sem essas conversas e orientações, e o duro trabalho na Biblioteca Nacional, eu não teria chegado aos resultados que geraram esta salutar polêmica.

Após elogiar a tese núcleo do trabalho, os autores dizem que há uma tese-coda segundo a qual eu afirmaria que, por causa do “projeto nação”, que marca as elaborações de Mário Filho, “todas as análises que lançam mão de seus dados como ‘história’ são necessariamente desacertadas ou falsas, isto é, mitos que em nada contribuem para o conhecimento científico”. Embora as palavras tenham o poder de significar por si mesmas, tenho a convicção de que eu não afirmo exatamente isso. Diria que eu afirmo que a) os autores que denomino “novos narradores” não usam a obra de Mário Filho como mais uma fonte que deve ser contrastada com outras; b) tomam as análises empíricas de Mário Filho como evidências que não são submetidas a críticas, ainda quando o próprio autor relativiza sua versão dos fatos; c) o uso de outras fontes, jornais, por exemplo, coloca em questão a “veracidade” de alguns dos fatos descritos por Mário Filho e reiterados pelos “novos narradores” sem modificações significativas e d) os “novos narradores” enfatizam, como tendência, nos casos contados por Mário Filho, a dimensão da segregação racista quando o autor dirige sua argumentação para a integração racial.

Em nenhum momento, portanto, me “recuso a tratar o NFB historiograficamente”. Apenas insisti e insisto que o NFB não pode ser a única fonte que deveríamos utilizar ou repetir ou parafrasear. Procurei destacar que necessitamos e devemos ampliar e aprofundar os levantamentos empíricos no campo da história do futebol, e dos esportes de modo geral. Estou, portanto, levando a sério os autores que afirmam que o futebol é um fenômeno importante da vida social, política e cultural brasileira. Se é importante, não podemos apenas repetir Mário Filho nem os que o repetem. Nesse sentido, afirmo que os “novos narradores” acabam reforçando a invenção da tradição realizada por Mário Filho.

É necessário destacar que não sou contra as tradições nacionais nem diminuo sua importância simbólica ou suas manipulações. Acredito que Helal e Gordon Jr., que também compartilham esses reconhecimentos, acabam justificando a ciência social e a história pela sua contribuição para reforçar as tradições. Penso que por esse caminho a autonomia das ciências sociais e da história declina perigosamente. Esse, portanto, não é meu ponto de vista. Acredito que a “história da identidade”, no sentido de Hobsbawm (1998), não deve nem pode ser confundida com o fazer história academicamente. Assim, se a “história da identidade” situa o negro como herói da resistência ao racismo no futebol, não acredito que a função do historiador ou do cientista social seja apenas ou principalmente a de reforçá-la.² Penso que nossa função é a de apresentar os mecanismos, as tramas, os “comos” da construção dessa identidade e de seus efeitos no processo histórico. Estamos discutindo, sem dúvida, as nossas imagens sobre o que é fazer história ou ciências sociais, estamos conversando sobre nossos ofícios.

Helal e Gordon Jr. destacam na conclusão que eu nego a predominância de um idioma racial no futebol. Entendo que pretendem dizer que não considero que a oposição racial, os conflitos raciais, o preconceito e a discriminação sejam a “contradição principal”, como se dizia em outros tempos, da dinâmica do futebol no Brasil. Em vários momentos de meu trabalho afirmo abertamente que existem preconceitos raciais, e não podia ser de outro modo na sociedade que nasceu da ordem escravocrata. Porém, esse não é o meu objeto de estudo, por isso cito a bibliografia pertinente aos problemas de que trato.³ Na verdade, o que eu digo é que alguns dos casos ou conflitos explicados como raciais parecem ser melhor entendidos quando nos situamos do ponto de vista da contradição entre a manutenção do amadorismo e a popularização do esporte, idealizada por parte da própria elite dirigente do esporte. Essa tensão pode ser entendida, em termos mais abrangentes, como conflito entre a defesa do elitismo no futebol e sua popularização ou democratização. Esse processo pode ser pensado pela tensão entre amadorismo e profissionalização do futebol. Afirmo que há uma ideologia de popularização elitista do futebol, significando ampliação de sua prática pelos populares, porém com manutenção do *ethos* amador, como pode ser constatado nos regulamentos esportivos da época.⁴ Entretanto, nos mesmos regulamentos não encontrei fórmulas segregacionistas em termos raciais. Sua inexistência indica que não há segregação, como destacou Gilberto Freyre, mas também não indica a ausência de preconceito nem de discriminação. Analiso alguns dos casos (reproduzidos pelos “novos narradores”) a partir do cruzamento de outras fontes, tentando demonstrar que o eixo amadorismo-profissionalismo é mais produtivo. A discussão, então, não pode ser tratada de modo geral, como fazem Helal e Gordon Jr., dizendo se está na sociedade está no futebol.⁵ Observe-se, no entanto, que diante de minha argumentação, pela primeira vez no caso do futebol, Helal e Gordon entram com a distinção de áreas de preconceito e discriminação racista. Consideram que a esfera do futebol seria de tipo “mole”. Eu diria que meus argumentos os levaram a entrar com uma distinção que não tenho encontrado nos escritos sobre o futebol. Mas a distinção leva água para o meu moinho: se de fato o futebol é uma área “mole”, sob o ponto de vista do racismo, então, é bem possível que o eixo amadorismo-profissionalismo explique mais que o racial, sobretudo quando observamos que em outros países, como na Argentina, por exemplo, o futebol, sem a presença do racismo, foi caracterizado pelo conflito entre popularização amadora e profissionalismo.

Na continuação, os autores dizem que eu levanto dúvidas quanto à existência de um processo de relaxamento das tensões raciais no universo futebolístico, que passaria de área “dura” para área “mole”. Para se construir a saga do negro no futebol, narrada por Mário Filho, é necessário partir de um momento no qual teríamos uma área “dura”. Eu digo que as provas sobre isso são

muito fracas e, mesmo, a partir do próprio livro de Mário Filho. Na minha tese alinho os argumentos de Mário Filho a favor e contra a hipótese de ser, no começo do século, o futebol uma área “dura”. Assim, se não sabemos se houve área dura, não podemos afirmar o relaxamento das tensões. Isso é o que eu afirmo. Lembro, no entanto, que nos EUA cedo temos a participação do negro no esporte e que, em 1936, na Olimpíada de Berlim, negros representam a nação com a destacada participação de Jesse Owen. Porém, nesse momento, há leis segregacionistas vigentes nos Estados Unidos. Assim, a construção histórica não pode partir de um suposto sobre o qual pairam grandes dúvidas, nem pode deixar de utilizar as referências de sentido da comparação.

Por último, os autores da crítica dizem que eu não considero a ideologia nacional, sua importância heurística, sua atualização na prática e suas formas de ser acionada pelos agentes. Acredito que faço tudo isso em relação aos que denomino “novos narradores”, que formam parte de meu objeto de estudo. Afirmo que eles ficaram engolfados pela construção de Mário Filho e, embora realizem deslocamentos, acabam atualizando-o.⁶ Assim, estou dizendo que essas ideologias têm um tremendo poder. Estou afirmando que os cientistas sociais e os historiadores do futebol podem ficar em suas armadilhas quando a) não exploramos as possíveis fontes de informações e ficamos reduzidos a uma ou duas fontes privilegiadas; b) não utilizamos os controles comparativos que permitem relativizar nosso olhar pouco distanciando e c) não aproveitamos as discussões teóricas internacionais sobre a história e as ciências sociais dos esportes.

Notas

1. Por exemplo, os autores utilizam Robert Darnton, autor de *O grande massacre de gatos* (1978), para afirmar que minha visão das fontes é estreita. Volto a afirmar que não tenho nenhum problema com qualquer tipo de fonte que se utilize. Entretanto, é uma tarefa do ofício contrastar e confrontar as fontes. O que critico é a utilização acrítica do NFB pelos “novos narradores”. Caso eles tivessem trabalhado com o rigor de Darnton ou de Thompson, em *Senhores e caçadores: a origem da lei negra* (Paz e Terra, 1987), eu não teria motivos para ter

escrito tal trabalho. Por exemplo, Darnton afirma trabalhar com a modalidade de história chamada de cultural ou das mentalidades, mas nem por isso deixa de proceder com rigor à análise das fontes que utiliza. Darnton trabalha com a diversidade de técnicas, fontes e dados para realizar sua história com lentes antropológicas sobre o passado, mas não esquece as limitações e os objetivos do método. Lembra o autor que “a precisão pode ser inadequada, ou mesmo impossível, na história das mentalidades, um gênero que requer

métodos diferentes dos empregados nos gêneros convencionais, como a história política. Visões de mundo não podem ser descritas da mesma maneira que acontecimentos políticos, mas não são menos reais” (p. 39). O autor utiliza como fontes contos, romances e relatos do tipo biografia-romance para construir ou descrever as visões de mundo ou o *ethos* social de um determinado período ou configuração sócio-histórica. Sua construção é rigorosa, pois não se limita a retirar ou abstrair dos contos o “imaginário ou mentalidade social”. Os dados da historiografia e a revisão crítica das origens e transformações sociais dos contos são observados pelo autor em sua reconstrução do passado. Por essa razão, ele realiza uma pesada crítica aos psicanalistas, Fromm e Bettelheim, que, ao tomarem o conto do Chapeuzinho Vermelho, “não se preocuparam com a transformação do texto — na verdade, nada sabiam a respeito — porque tinham o conto que desejavam” para imputar sentidos e aplicar os conceitos psicanalíticos de id, ego e superego (p. 25). A crítica continua chamando a atenção para o fato de que “Bettelheim lê Chapeuzinho Vermelho e os outros contos como se não tivessem história alguma. Aborda-os, por assim dizer, horizontalizados, como pacientes num divã, numa contemporaneidade atemporal” (p. 26). Darnton diz que para os historiadores não se perderem na “onda do psiquismo” devem estar ancorados na antropologia e no folclore, proceder a rigorosa análise da documentação e se possível localizar a ocasião em que foi construída a narrativa e o grau de contaminação das fontes escritas (p. 30). Alerta o autor que os contos como fonte não devem ser utilizados para que se encontrem “comentários sociais diretos ou alegorias metafísicas”; eles servem para que se localize um discurso ou um estilo cultural que comunica “um *ethos* ou visão

de mundo particulares” (p. 29). Apesar de Helal e Gordon Jr. reivindicarem a autoridade de Darnton, não trabalham com seus conselhos. Enfim, se os “novos narradores” não caíssem em erros metodológicos e interpretativos semelhantes aos de Bettelheim e Fromm eu não teria formulado tais críticas.

2. Cf. Souza (1996). Por outros caminhos o autor tangencia a hipótese com que trabalhei em minha tese. Observe-se: “Alguns estudiosos do futebol no Brasil constroem também ficções da nacionalidade, ao torná-lo paradigma de uma ‘Cultura Brasileira’. Alguns desses estudos tornam-se explicações hegemônicas ou dominantes, e são apropriados pelo senso comum na autodefinição do futebol nacional. Não queremos com isto desmerecer todo o caminho já percorrido nos estudos do futebol brasileiro. Pelo contrário, tento resgatá-los como grandes expositores da nação via futebol, pois podemos entender estes estudos como projetos para a nação brasileira, e toda nação é também um projeto” (p. 113).

3. Por exemplo, não é correta a afirmação de Helal e Gordon Jr. de que não utilizei uma bibliografia pertinente sobre o tema da raça e do racismo brasileiro. Os temas da raça e do racismo aparecem no estudo e por isso utilizei a literatura que achei suficiente, mas devo destacar que minha questão central é como foi e como continua sendo construída a história do futebol brasileiro. Na bibliografia de minha tese aparecem textos sobre o tema que Helal e Gordon Jr. dizem que desconsidere. Por exemplo, tentei trabalhar com uma bibliografia que desse suporte para pensar o cotidiano, as relações raciais, a construção da idéia de nação e a construção intelectual sobre esses temas. Utilizei, além dos clássicos produzidos por Freyre e outros da mesma tradição, os textos que cito abaixo: Alves

Filho (1979), Araújo, R. B. (1994), Araújo, R. M. B. (1993), Chalhoub (1986), Esteves (1977), Folha de S. Paulo/ Data Folha (1995), Guimarães (1996), Hasenbalg e Silva (1988), Hochman (1993), Holmes (1974), Jacquard (1988), Lambert (1970), Lévi-Strauss (1970), Lima e Hochman (1996), Moog, (1969), Oliveira (1980 e 1990), Pécaut (1990), Queiroz (1986), Rabassa (1965), Ribeiro, D. (1995), Ribeiro, G. S. (1989), Rosenbalg e Silva (1988), Rosenfeld (1993), Schwarcz (1995), Sevcenko (1983 e 1994), Seyferth (1995), Skidmore (1976, 1993 e 1994), Soares, C. E. L. (1993), Sodré (1976 e 1984), Souza (1983), Torres (1978), Velloso (1982, 1987 e 1993), Vianna, H. (1995) e Vianna, J. F. O. (1974). Acredito que estes foram suficientes para cruzar raça, relações raciais, a construção da nação e o cotidiano no Brasil.

4. A popularização do esporte amador fez parte das vertentes educacionais e aristocráticas da Inglaterra e teve talvez sua expressão máxima no ideal olímpico formulado pelo Barão de Coubertain.

Assim, estou também dizendo que não podemos fazer história de nossos esportes sem levar em consideração tendências internacionais. A história autocentrada, num mundo que se está globalizando faz muito tempo, pode levar na direção de erros de interpretação significativos. Cf. os Regulamentos da AMEA, editados em 1924, onde se vê que a entidade pensava ser uma das suas funções vulgarizar a prática esportiva.

5. Essa é uma espécie de falácia interpretativa e metodológica.

6. Não só o atualizam como o legitimam, como pode ser visto no artigo que assino nesta revista. Legitimam também na crítica que realizam alinhando Mário Filho a quase um membro da “nova história” ou da Escola dos Annales. Mário Filho, para Gordon Jr. e Helal, utilizou-se da técnica da história oral ampliando a visão de documento. Para mim, como afirmo em minha tese, Mário Filho utilizou-se de conversas com os amigos nos bares e cafés da cidade, como ele próprio afirma.

Referências bibliográficas

ALVES FILHO, Aluizio. 1979.

Pensamento político no Brasil: Manoel Bonfim, um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro, Achiamé.

ARAÚJO, R. Benzaquem de. 1994. *Guerra e paz: Casa grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.* Rio de Janeiro, 34.

ARAÚJO, R. M. B. 1993. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano.* Rio de Janeiro, Rocco.

CHALHOUB, Sidney. 1986. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores*

no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo, Brasiliense.

DARNTON, Robert. 1988. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa.* Rio de Janeiro, Graal.

ESTEVES, J. 1977. *Racismo e desporto.* Lisboa, Básica Editora.

FOLHA DE S. PAULO/DATA FOLHA. 1995. *O racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil.* TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo (orgs.). São Paulo, Ática.

- GUIMARÃES, Antonio S. A. 1996. "Cor, classes e *status* no estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960". In: MAIO, M. Chor e SANTOS, R. Ventura dos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, p. 143-158.
- HASENBALG, C. e SILVA, N. V. 1988. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, Iuperj.
- HOBSBAWM, E. 1998. *Sobre a história*. São Paulo, Cia. das Letras.
- HOCHMAN, Gilberto. 1993. "Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11.
- HOLMES, Judith. 1974. *Olimpíada - 1936: glória do Reich de Hitler*. Rio de Janeiro, Renes.
- JACQUARD, Albert. 1988. *Elogio da diferença*. São Paulo, Martins Fontes.
- LAMBERT, Jacques. 1970. *Os dois Brasis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1970. "Raça e história". In: COMAS, Juan et alii, *Raça e ciência*. São Paulo, Perspectiva.
- LIMA, Nísia T. e HOCHMAN, Gilberto. 1996. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República". In: MAIO, M. Chor e SANTOS, R. Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB.
- MOOG, Vianna. 1969. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, Lúcia L. (coord.). 1980. *Elite intelectual e o debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/MEC.
- . 1990. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq.
- PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática.
- QUEIROZ, Suely R. R. 1986. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1889-1897*. São Paulo, Brasiliense.
- RABASSA, Gregory. 1965. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Gladys S. 1989. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense.
- ROSENFELD, Anatol. 1993. *Negro, mocumba e futebol*. São Paulo, Perspectiva.
- SCHWARCZ, Lilia M. 1995. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEVCENKO, Nicolau. 1983. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.
- . 1994. "Futebol, metrópole e desatinos", *Revista da USP*, Dossiê Futebol, São Paulo, USP, n. 22 (jun, jul, ago), p. 30-37.
- SEYFERTH, Girada. 1995. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, mimeo.
- SKIDMORE, Thomas E. 1976. *Preto no branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- . 1993. "Bi-racial USA vs multi-racial Brazil: is the contrast still valid?", *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press.
- . 1994. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, Antonio Jorge G. 1998. *Futebol, raça e nacionalidade: releitura da história oficial*. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, tese de doutorado.
- SOARES, Carlos E. L. 1993. *A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca.
- SOUZA, Marcos A. 1996. "Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro", *Cadernos Pagu* (jun-jul) Raça e Gênero. Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero/Unicamp.
- SODRÉ, N. W. 1976. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- . 1984. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis, Vozes.
- SOUZA, Neuza S. 1983. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, Graal.
- THOMPSON, Paul. 1987. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TORRES, Alberto. 1978. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo, Nacional/INL.
- VELLOSO, M. P. 1982. "Cultura e poder político no Estado Novo". In: LIPPI, Lúcia et alii, *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- . 1987. *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro, CPDOC.
- . 1993. "A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo paulista", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11.
- VIANNA, Hermano. 1995. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VIANNA, J. F. Oliveira. 1974. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, Record.

(Recebido para publicação em janeiro de 1999)